

CAMARA MUNICIPAL DE SERRA TALHADA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 1



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS DORES SOARES DINIZ, MANOEL CASCIANO DA SILVA, IANSTEN ORLANDO DA SILVA
 Acesso em: https://etce.icepe.br/etp/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento=ae92b53d-0a84-4a13-df5f-ec9434-46161

ISOLADO: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA TALHADA

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		401.319,22	87.991,47	PASSIVO CIRCULANTE		22.910,62	32.464,71
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		401.807,71	88.479,96	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		401.807,71	88.479,96	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CONTA ÚNICA	F	401.807,71	88.479,96	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		16.512,92	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		16.512,92	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		-488,49	-488,49	FORNECEDORES NACIONAIS	F	16.512,92	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		-488,49	-488,49	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	-488,49	-488,49	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
MATERNIDADE PAGO				PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		6.397,70	32.464,71
ESTOQUES		0,00	0,00	VALORES RESTITUIVEIS		6.397,70	32.464,71
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES	F	6.397,70	32.464,71
ATIVO BIOLÓGICO		0,00	0,00	PASSIVO NAO-CIRCULANTE		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.163.550,15	2.121.237,68	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
IMOBILIZADO		2.163.550,15	2.121.237,68	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS MOVEIS		1.404.594,67	1.318.073,95	PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	70.232,91	66.842,91	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS DE INFORMÁTICA	P	85.449,14	77.753,14	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	626.336,25	611.880,25	TOTAL PASSIVO		22.910,62	32.464,71
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	26.361,00	26.361,00				
VEÍCULOS	P	273.000,00	273.000,00				
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	323.215,37	262.236,65				
BENS IMÓVEIS		982.166,49	982.166,49				
BENS DE USO ESPECIAL	P	361.806,51	361.806,51				
INSTALAÇÕES	P	342.947,93	342.947,93				
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	277.412,05	277.412,05				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-223.211,01	-179.002,76				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-223.211,01	-179.002,76				
INTANGÍVEL		0,00	0,00				
DIFERIDO		0,00	0,00				
TOTAL		2.564.869,37	2.209.229,15				

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LIQUIDO		2.541.958,75	2.176.764,44
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00

CAMARA MUNICIPAL DE SERRA TALHADA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)



Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA TALHADA

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		2.541.958,75	2.176.764,44
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		2.541.958,75	2.176.764,44
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		365.194,31	254.567,48
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		2.176.764,44	1.922.196,96
				(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.541.958,75	2.176.764,44
				TOTAL		2.564.869,37	2.209.229,15

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS DORES SOARES DINIZ, MANOEL CASCIANO DA SILVA, IASTEN ORLANDO DA SILVA
 Acesso em: https://etce.cepe.br/epi/validarDocumento.aspx?Codigo=documento:ae92653d-0a84-4a13-ad5f-ea9434546161

CAMARA MUNICIPAL DE SERRA TALHADA
BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		401.319,22	87.991,47	PASSIVO FINANCEIRO (22.910,62)+RP não Proc.(16.156,79)		39.067,41	32.464,71
ATIVO PERMANENTE		2.163.550,15	2.121.237,68	PASSIVO PERMANENTE		0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL		2.525.801,96	2.176.764,44

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS DORES SOARES DINIZ, MANOEL CASCIANO DA SILVA, IAISTEN ORLANDO DA SILVA
Acesse em: <https://etce.icepe.tc.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: ae92653d-0a84-4a13-ad5f-ea9434546161

CAMARA MUNICIPAL DE SERRA TALHADA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		2.340.135,50	2.032.290,99
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		-8.400,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		2.348.535,50	2.032.290,99
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
ICIAIS		0,00	0,00	ICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		2.340.135,50	2.032.290,99



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS DORES SOARES DINIZ, MANOEL CASCIANO DA SILVA, IASTEN ORLANDO DA SILVA
 Acesse em: <https://etec.icpe.br/epd/validaDoc.aspx?Codigo=documento:ae92653d-0a84-4a13-df5f-ea9434546161>



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
BALANÇO PATRIMONIAL**

INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da Entidade: Câmara de Vereadores de Serra Talhada
CNPJ: 11.407.160/0001-76
Natureza Jurídica da Entidade: 106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
Principais Atividades da Entidade: 84-11-6-00 - Administração Pública em Geral
Domicílio da Entidade: Rua Enock Ignacio de Oliveira, 1280, Nossa Senhora da Penha – Serra Talhada - PE
Natureza das Operações e Principais Atividades da Entidade: A Câmara de Vereadores de Serra Talhada possui natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo”, sendo sua atividade classificada como: “Administração Pública em Geral” Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos Art. 29-A da Constituição Federal 1988. O texto ao artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outras informações: Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com Inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do Art. 153 e nos Arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000).1-7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58 de 2009) (Produção de Efeito).
Dados do Presidente: Manoel Casciano da Silva Início da Gestão: 01/01/2025 .
Dados do Contador: Nome: Maria das Dores Soares Diniz CRC: 11431 PE E-mail: doraconsult@hotmail.com
Declaração de Conformidade com a Legislação e com as normas de Contabilidade Aplicáveis: A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Serra Talhada compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www.serratalhada.pe.leg.br

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis: Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 11ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das Internacionais Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (Parte V do MCASP 11ª Edição e NBCT 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, sendo evidenciadas na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a



curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados (superávit/déficit financeiro). Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado comdestaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. Nestedemonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Bases de Mensurações Utilizadas:

- O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial. A moeda funcional do município é o real (R\$).
- Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
- Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.
- O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).
- A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios:
 - a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis;
 - b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a);
 - c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e
 - d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 270/2024. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação. Em atendimento a Resolução TCE-PE nº 270/2024, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 5.2 à página 442 da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Foram obtidos ganhos antes dos tributos reconhecidos na alienação de ativos ou pagamentos de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
- As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.
- As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.
- As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição,



construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.

- As contas classificadas no grupo "Intangível", foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

- As contas classificadas no grupo "Empréstimos e financiamentos", foram avaliadas observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

Novas normas e políticas contábeis Alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

Nota 1: Ativo Circulante:

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2025 foram de R\$ 401.319,22, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Nota 2 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2025 somam R\$ 401.807,71.

**DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA
(Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)**

Câmara de Vereadores de Serra Talhada	R\$ 401.807,71
--	-----------------------

Nota 3 - Créditos a Curto Prazo:

Não houve registro de créditos a curto prazo.

Nota 4 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

Há o registro de salário maternidade pago antecipadamente a compensar no pagamento do INSS no valor de R\$ 488,49 de anos anteriores, não sendo identificado.

Nota 5– Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo:

Não houve registro de Investimentos e Aplicações Temporárias a curto prazo

Nota 6 - Estoques:

Não Existe registro de Estoque/Almoxarifado, toda aquisição de material de consumo e utilizada.

Nota 7- Ativo não circulante mantido para venda:

Não Existe registro

Nota 8 – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente:

Não Existe registro

Nota 9 – Ativo não Circulante

Os ativo de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 2.121.237,68

Nota 10 –Imobilizado

O saldo do imobilizado ao final do exercício de 2025 totalizou R\$ 2.163.550,15

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 11ª Edição p. 432)



IMOBILIZADO		2.163.990,15	2.121.137,68
BENS MÓVEIS		1.404.594,67	1.318.073,95
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	70.232,91	66.842,91
BENS DE INFORMÁTICA	P	85.449,14	77.753,14
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	626.336,25	611.880,25
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	26.361,00	26.361,00
VEÍCULOS	P	273.000,00	273.000,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	323.215,37	262.236,65
BENS IMÓVEIS		982.166,49	982.166,49
BENS DE USO ESPECIAL	P	361.806,51	361.806,51
INSTALAÇÕES	P	342.947,93	342.947,93
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	277.412,05	277.412,05
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-223.211,01	-179.002,76
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-223.211,01	-179.002,76

Nota 11 - Intangível:

Os valores registrados no ativo intangível totalizam R\$ 0,00 O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis

Nota 12 – Passivo Circulante:

As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2025 foram de R\$ 22.910,62.

Nota 13 - Obrigações, Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais:

Não há registros no período.

Nota 14 – Empréstimos e Financiamentos (curto prazo):

Não há registros no período.

Nota 15 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Foram inscritos Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 16.512,92.

Nota 16 – Obrigações fiscais a Vurto Prazo:

Não há registros no Período.

Nota 17 – Provisões a Curto Prazo:

Não houve provisões de curto prazo durante o exercício.

Nota 18 - Demais Obrigações a Curto Prazo:

Foram registrados nas obrigações a curto os valores R\$ 6.397,70 de valores restituíveis (consignações e depósitos)

Nota 19 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

As obrigações de longo prazo ao final de 2024 somam **R\$ 0,00**, decorrentes de obrigações trabalhistas, e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

Nota 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez ao final de 2025 o valor de R\$ 2.541.958,75

A seguir detalharemos o resultado:

**DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 11ª Edição p. 432)**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.541.958,75	2.176.464,44
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	-	-
RESULTADOS ACUMULADOS	2.541.958,75	2.176.464,44
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS ,	2.541.958,75	2.176.464,44



SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	365.194,31	254.567,48
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.176.464,44	1.922.196,96
TOTAL PATRIMONIO LÍQUIDO	2.541.958,75	2.176.464,44

Nota 21 - ATIVO FINANCEIRO:

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 401.319,22

Nota 22 - ATIVO PERMANENTE:

O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 2.163.550,15.

Nota 23 - PASSIVO FINANCEIRO:

O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 39.067,41.

Nota 24 - PASSIVO PERMANENTE:

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 0,00.

NOTA 25 - SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (SALDO PATRIMONIAL):

O total do Superavit Financeiro do exercício de 2025, foi 362.251,81.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros. Sugerimos na qualidade de consultoria contábil que o controle interno adote as medidas necessárias junto aos gestores e tesoureiros para a obediência as regras estabelecidas para o gerenciamento mensal das fontes/destinação de recursos

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Passivos Contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na lei de Diretrizes Orçamentárias.

Divulgações não Financeiras:

Não se aplica a estedemonstrativo.

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS DORES SOARES DINIZ, MANOEL CASCIANO DA SILVA, IAISTEN ORLANDO DA SILVA
Acesse em: <https://etce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ae92b53d-0a84-4a13-af5f-e49434546161

desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registro:

Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.